



AGENDA: População em Situação de Rua

PROGRAMA: 2064 - Promoção e Defesa dos Direitos Humanos

Objetivo: 0255 - Promover cultura e educação em direitos humanos e garantir acesso a direitos.

Órgão Responsável: Secretaria de Direitos Humanos

Meta: Realizar 100 oficinas anuais para formação de lideranças comunitárias e educadores populares através da Rede de Educação Cidadã

Análise Situacional da Meta: A Secretaria-Geral da Presidência da República e a Secretaria de Direitos Humanos, em parceria com a Rede de Educação Cidadã (RECID), vêm desenvolvendo amplo processo de educação popular, por meio da atuação de educadores populares e mais de 500 voluntários. Participam do processo populações vulneráveis como mulheres, jovens, assentados e acampados, comunidades indígenas e quilombolas, catadores de material reciclável, população LGBT, entre outras. Em 2012, foram realizadas 2.040 oficinas pedagógicas de base, alcançando mais de 40 mil pessoas, em 357 municípios. Também foram realizados 216 encontros intermunicipais, que reuniram mais de seis mil lideranças comunitárias e populares, tendo sido debatidos e aprofundados vários temas voltados para o fortalecimento do protagonismo e da organização popular.

Objetivo: 0742 - Promover os direitos e garantir proteção social das pessoas em situação de rua.

Órgão Responsável: Secretaria de Direitos Humanos

Análise Situacional do Objetivo: Durante o Natal dos Catadores, encontro anual que reúne integrantes do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis e do Movimento Nacional da População em Situação de Rua, na capital paulista, a presidenta Dilma Rousseff se comprometeu a se empenhar no combate à violência contra moradores de rua e catadores de material reciclável. Este foi o segundo ano em que Dilma participou do encontro como Presidenta da República. No último ano da gestão do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que prestigiou o evento durante os oito anos em que esteve na Presidência, Dilma o acompanhou e se comprometeu a continuar participando todos os anos. Em 2012, houve por meio do Plano Brasil sem Miséria, expansão do cofinanciamento federal para implantação de 64 novas unidades do Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro POP), totalizando 154 Centros Pop, o que elevará a cobertura de 81 para 118 municípios com população igual ou superior a 200 mil habitantes.

No âmbito da saúde, destaca-se a estratégia de expansão e manutenção dos consultórios na rua, com a incorporação de equipes multidisciplinares volantes para o atendimento às pessoas em situação de rua, com desenvolvimento de ações de prevenção, redução de danos, promoção e cuidados básicos em saúde. Foram implantados 27 consultórios na rua (CnR).

A Secretaria de Direitos Humanos – SDH/PR, que coordena o Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para População em Situação de Rua, realiza articulação política e apóia os demais entes federados na implantação dos comitês estaduais e municipais além de buscar ampliar a rede de gestores comprometidos com esta pauta e fornecer orientações àqueles interessados em realizar a adesão formal à PNPR. O Comitê Intersetorial decidiu, em 2013, pela manutenção do convênio com o Ministério Público de Minas Gerais e com a CNBB para manutenção do Centro Nacional de Defesa dos Direitos Humanos para a População em Situação de Rua - CNDDH (previsto no Decreto nº 7.053/2009), localizado em Belo Horizonte. Foram lançados os Guias de Serviços para População em Situação de Rua em 8 capitais, com produção e impressão de 20 mil exemplares em 2013 e com previsão da mesma quantidade no ano seguinte, contemplando informações sobre CREAS, Centros Pop, defensorias públicas, postos de saúde, albergues, entre outros.

Estão em desenvolvimento a estratégia para inclusão da temática dos crimes contra moradores de rua na Estratégia Nacional de Segurança Pública – ENASP, na qual se insere o monitoramento das denúncias relativas a violações de direitos da população em situação de rua recebidas por meio do Disque 100 da SDH/PR e do CNDDH; a distribuição da

"Cartilha de Abordagem Policial de Grupos Vulneráveis", que possui capítulo específico sobre abordagem da população em situação de rua, para os cerca de 800 municípios que possuem Guarda Municipal; e a inserção das diretrizes para o atendimento adequado e humanizado a essa população na Matriz Curricular Nacional das Guardas Municipais e de Formação dos demais profissionais de segurança, pelo Ministério da Justiça.

O Programa Brasil Alfabetizado (PBA), é uma porta de acesso à cidadania, e tem como objetivo contribuir para a universalização da alfabetização e a elevação de escolaridade de todas as pessoas em situação de vulnerabilidade social. Assim, o PBA possui várias ações transversais que estão no âmbito do Plano Brasil sem Miséria, entre essas, parcerias intersetoriais com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Ministério da Saúde (MS), Ministério da Pesca e Aquicultura (SEAP/PR) e Secretaria Especial de Direitos Humanos (SDH). A execução dessas ações de parceria e articulação faz parte do compromisso do Governo Federal no tocante à garantia do direito à educação e valorização da diversidade humana, por meio do desenvolvimento de um ambiente social mais inclusivo.

No âmbito da Rede Nacional de Formação Continuada dos Profissionais do Magistério da Educação Básica, o Decreto 7053/2009 – que institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua - foi incluído como Marco Legal da ementa do Curso de Educação em Direitos Humanos (Extensão e Especialização); no Curso Escola que Protege (Extensão e Especialização), foi incluído na ementa o tema “Crianças e Adolescentes em Situação de Rua” no módulo “Enfrentamento às violências contra crianças e adolescentes”. Os cursos de formação continuada são implementados pelas Instituições Públicas de Ensino Superior com apoio técnico e financeiro do MEC.

Quanto à educação profissional e tecnológica, cabe esclarecer que as pessoas em situação de rua são atendidas nas ações do Pronatec Inclusão Produtiva, tendo como demandante o Ministério do Desenvolvimento Social, não havendo ações específicas no âmbito do Pronatec/MEC

Meta: Realizar o censo de população em situação de rua

Análise Situacional da Meta: Foi instituído Grupo de Trabalho no âmbito do Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para População em Situação de Rua – CIAMPRua para definir proposta de questionário e metodologia para a pesquisa de contagem da população em situação de rua e levantamento de suas características socioeconômicas, que inicialmente será testada nas cidades do Rio de Janeiro e Recife.

Meta: Reintegrar crianças e adolescentes em situação de rua, na convivência familiar e comunitária, em municípios com mais de 300 mil habitantes

Análise Situacional da Meta: Esta ação está sendo desenhada em parceria com a Coordenação de Convivência Familiar e Comunitária da SNPDC e com o MDS.

Objetivo: 0975 - Defender pessoas com direitos violados ou em situação de iminente violação, buscando a erradicação das suas causas e a garantia de direitos.

Órgão Responsável: Secretaria de Direitos Humanos

Análise Situacional do Objetivo: Importante instrumento de atuação nessa temática, o Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana - CDDPH é um órgão colegiado, criado pela Lei nº 4.319, de 16 de março de 1964, com membros de setores representativos, ligados aos direitos humanos, e com importância fundamental na promoção e defesa dos direitos humanos no País. O Conselho tem por principal atribuição receber denúncias e investigar, em conjunto com as autoridades competentes locais, violações de direitos humanos de especial gravidade com abrangência nacional, como chacinas, extermínio, assassinatos de pessoas ligadas à defesa dos direitos humanos, massacres, abusos praticados por operações das polícias militares, etc. A atuação do CDDPH em 2012 também se destacou na promoção de estudos para aperfeiçoar a defesa e a promoção dos direitos humanos e na prestação de informações a organismos internacionais de defesa dos direitos humanos.

No campo da saúde mental, vem-se caminhando na consolidação da Reforma Psiquiátrica no Brasil, que pretende construir um novo estatuto social para as pessoas com transtorno mental, garantindo a proteção de seus direitos e a reorientação dos cuidados em saúde mental. Trata-se de uma ação articulada entre SDH e Ministério da Saúde.

Meta: Acompanhar a implementação de ouvidorias autônomas de polícias nos estados e no Governo Federal

Análise Situacional da Meta

Em 2012 ocorreram duas reuniões do Fórum Nacional de Ouvidores de Polícia, que estabeleceram como meta a implantação de ouvidorias em todos os estados brasileiros. Atualmente existem 21 ouvidorias de polícia.

PROGRAMA: 2015 - Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS)

Objetivo: 0724 - Implementar novo modelo de gestão e instrumentos de relação federativa, com centralidade na garantia do acesso, gestão participativa com foco em resultados, participação social e financiamento estável.

Órgão Responsável: Ministério da Saúde

Análise Situacional do Objetivo: A gestão governamental em saúde possui natureza complexa, que abrange várias dimensões - ética, política, estratégica, técnica e administrativa – e conforma-se a partir da intermediação de interesses distintos e, principalmente, das interações de poder. O propósito primordial da gestão em saúde é a tomada de decisões, que desencadeia a implementação das políticas. A conformação jurídica do SUS define que as ações e serviços de saúde, desenvolvidos pelos entes federativos, sejam organizados de forma regionalizada e hierarquizada, dadas a dimensão territorial e complexidades para promover a equidade, integralidade e universalidade. Essa definição constitucional impõe ao SUS modelo diferenciado de gestão. Compete ao Ministério da Saúde o processo de aperfeiçoamento da gestão do SUS e a incorporação de novos arranjos administrativos de caráter federativo e intergovernamental, sendo a mais recente a construção do Contrato Organizativo de Ação Pública (COAP). Estruturaram-se de forma integrada as áreas de informação e informática do SUS, Gestão Participativa e Articulação Interfederativa, contribuindo para a reorganização das competências e responsabilidades da gestão em saúde.

A participação social na formulação e no controle da política pública de saúde é uma inovação institucionalizada no SUS. Dessa forma, os conselhos de saúde deverão ser também fortalecidos, mediante, por exemplo, o apoio à ampliação da capilaridade das resoluções e deliberações deles oriundas, à diversificação de participantes – com ênfase na participação de lideranças dos movimentos sociais – e à melhoria de suas estruturas e funcionamento. Nessa mesma linha, estará a promoção do papel dos conselhos na qualificação da gestão do SUS e o reconhecimento da educação popular como elemento de ampliação da participação social e do cuidado em saúde. Igualmente, as conferências de saúde serão foco de atenção, como a mobilização de todas as esferas em torno do compromisso para com estes espaços de participação.

Esse objetivo envolverá igualmente a implementação da política de informação e informática em saúde para a tomada de decisão nas três esferas de gestão do SUS e a universalização do Cartão Nacional de Saúde nas redes assistenciais, de modo a contribuir para a qualificação da gestão federativa e a resolubilidade das ações e serviços de saúde.

Neste contexto, foram realizadas diversas ações em 2012 com a finalidade de implementar instrumentos de relação federativa e um novo modelo de gestão com centralidade na garantia de acesso, gestão participativa com foco em resultados, participação social e financiamento estável.

No âmbito da participação da sociedade, destacam-se as ações que buscaram a consolidação das políticas de promoção da equidade, da educação popular em saúde e do fortalecimento do controle social. Contribuíram com esses propósitos as seguintes iniciativas:

- Constituição de 14 Comitês Técnicos e 9 em processo de constituição, com abordagens referentes à população negra; população LGBT e população do campo e floresta;
- Celebração de convênios com a Universidade de Brasília para constituição do Observatório da Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta, e com a FIOCRUZ para formação de lideranças sociais do campo e floresta;
- Construído o Sistema de Acompanhamentos dos Conselhos de Saúde (SIACS), com 2.747 Conselhos Estaduais e Municipais (49,13%) aderidos;
- Está em andamento curso de formação para 24 mil conselheiros municipais e estaduais de saúde em parceria com a FIOCRUZ e as Escolas Estaduais de Governo;
- Capacitação para o controle social de 62,2 mil pessoas (conselheiros, lideranças sociais, educadores populares e gestores da saúde).

No sentido de potencializar os efeitos de uma gestão eficiente e eficaz, diante da nova ordem estabelecida pela regulamentação da Lei 8.080/90 e da Lei 8.142/90, foram operacionalizadas em 2012 as determinações do Decreto 7.508/2011, utilizando-se como principal instrumento o Contrato Organizativo da Ação Pública da Saúde (COAP), um dos dispositivos instituídos pelo mesmo Decreto. Nesse ano, o contrato foi assinado em 24 das 435 regiões de saúde constituídas. Variáveis conjunturais influenciaram no alcance de meta, a exemplo das adaptações de gestão introduzidas pelo próprio Decreto e pela Lei Complementar 141/2011, bem como pela ocorrência do período de transição eleitoral nos municípios, aspectos centrais para as dificuldades em concretizar o resultado esperado.

Meta: Realizar 6 encontros nacionais envolvendo lideranças do campo e da floresta, do movimento de lésbicas, gays, bissexuais e transexuais, da população em situação de rua, dos ciganos e dos gestores do SUS até 2015

Análise Situacional da Meta: Durante o ano foram realizados três eventos envolvendo o tema da população cigana:

1. Encontro Nacional de Saúde da População Cigana;
2. Visita ao Acampamento Cigano de Itapevi;
3. Tenda Paulo Freire – II Mostra Nacional de Psicologia – Participação de lideranças ciganas.

Para 2013, está prevista a realização de Seminário de Boas Práticas no Controle da Tuberculose entre a População em Situação de Rua, em 18 e 19 de setembro. Também para o tema da população em situação de rua, está prevista a elaboração de materiais informativos sobre o SUS e suas redes de atenção à saúde, como: Manual sobre o Cuidado junto à População em Situação de Rua, já elaborado, 2ª edição do folder específico da População em Situação de Rua e 2ª edição da Cartilha de Políticas de Promoção de Equidade.

PROGRAMA: 2019 - Bolsa Família

Objetivo: 0376 - Localizar e caracterizar as famílias consideradas como público-alvo dos programas de transferência de renda e dos programas sociais do Governo Federal voltados à população de baixa renda, e realizar a gestão e manutenção de suas informações socioeconômicas, por meio do desenvolvimento e aperfeiçoamento de metodologias, instrumentos e sistemas de informações, com objetivo de subsidiar o planejamento e a implementação de políticas de combate à pobreza e à desigualdade social.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Análise Situacional do Objetivo: O Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico) é um instrumento de identificação e caracterização socioeconômica das famílias brasileiras de baixa renda, entendidas como aquelas com renda mensal igual ou inferior a meio salário mínimo per capita ou renda familiar mensal de até três salários mínimos. As informações do Cadastro Único facilitam a formulação e a implantação de políticas públicas capazes de promover a melhoria de vida dessas famílias, pois mostra quem são, onde estão e quais são as necessidades das famílias brasileiras mais vulneráveis.

A localização e a caracterização das famílias de baixa renda no Cadastro Único vêm se aprimorando por meio do desenvolvimento de ações de Busca Ativa, uma estratégia que tem como objetivos: localizar e cadastrar todas as famílias de baixa renda, prioritariamente as extremamente pobres (renda mensal familiar per capita inferior a R\$70,00); identificar corretamente as famílias que pertencem a povos e comunidades tradicionais e a grupos específicos; além de atualizar os dados das famílias já cadastradas. Em 2012, a estratégia de busca ativa localizou e identificou mais de 1 milhão de famílias pobres. Na base de dados do Cadastro Único de agosto/2012, havia 24.201.831 famílias registradas, das quais 22.087.075 estavam cadastradas com renda per capita mensal de até meio salário mínimo (91,3%).

A partir da implantação da Versão 7 do Sistema de Cadastro Único, novos grupos populacionais específicos passaram a ser identificados no Cadastro. Além dos indígenas e quilombolas, treze novos grupos passaram a ser identificados, entre os quais o de extrativistas, ribeirinhos, pescadores artesanais, agricultores familiares, acampados, assentados da reforma agrária, catadores de material reciclado, ciganos, povos e comunidades de terreiros. Em 2012, foi lançado o Guia de Cadastramento de Grupos Populacionais Específicos para apoiar os entrevistadores do Cadastro nos municípios a realizar a identificação de famílias pertencentes a essas populações. Durante todo o ano de 2012, como resultado das estratégias de Busca Ativa e ações específicas de cadastramento de povos e comunidades tradicionais e específicas, foram identificadas no Cadastro Único, até dezembro de 2012, 116.243 famílias indígenas, 80.621 famílias quilombolas, 11.739 famílias em situação de rua e 350.605 famílias de grupos tradicionais e específicos marcadas no campo próprio do Formulário Suplementar 1 (conforme tabela abaixo).

Grupos Identificados no campo 2.07 do formulário suplementar 1 (dez/12):

Família cigana 1.255
Família extrativista 7.977
Família de pescadores artesanais 28.894
Família pertencente à comunidade de terreiro 570
Família ribeirinha 11.388
Família de agricultores familiares 245.276
Família assentada da reforma agrária 27.090
Família beneficiária do programa nacional do Crédito Fundiário 936
Família acampada 2.887
Família atingida por empreendimentos de infraestrutura 1.329

Família de preso do sistema carcerário 3.133
Família de catadores de material reciclável 19.870
Total de famílias registradas no Formulário Suplementar 350.605

Meta: Aprimorar a estratégia de identificação e caracterização das famílias pertencentes a grupos populacionais diferenciados bem como as famílias em situação de extrema pobreza, no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal

Análise Situacional da Meta: A identificação dos Grupos Populacionais Tradicionais e Específicos (GPE) é importante para que órgãos governamentais possuam o perfil socioeconômico apresentado pelos dados constantes no Cadastro Único, de forma a adequar e focalizar políticas públicas elaboradas para esses grupos familiares.

Dessa forma, a implantação da Versão 7 do Sistema de Cadastro Único em praticamente todos os municípios deu-se ao longo de 2012, quando se iniciaram ações para garantir a correta identificação dos 16 grupos populacionais constantes do Cadastro.

Nesse sentido, várias iniciativas foram levadas a cabo para atingir o objetivo. Foram realizadas capacitações com foco específico na identificação e abordagem dos GPE nos Estados, uma ação que envolveu agentes multiplicadores capazes de repassar o conhecimento a todos os municípios brasileiros. Foram realizadas 6 capacitações em 2012 – nos estados de Minas Gerais, Amazonas, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Rondônia e Maranhão – que somadas às realizadas em 2011, perfizeram o total de 25 estados e Distrito Federal capacitados. O único Estado que não realizou a capacitação foi Amapá.

Outra iniciativa fundamental foi o cruzamento com cadastros pré-existentes em outros órgãos federais de forma a traçar estratégias e ações de cadastramento para os Povos e Comunidades Tradicionais e, de igual forma, apoiar políticas que se destinem a essas populações, como Bolsa Verde, Chamada ATER, Bolsa Estiagem, entre outros.

Como ação de suporte e correta identificação dos GPE foi lançado, em setembro de 2012, o Guia de Cadastramento de Grupos Populacionais Específicos para apoiar os entrevistadores do Cadastro nos municípios a realizar a abordagem e a correta identificação de famílias pertencentes a essas populações.

De maio a dezembro de 2012, foram realizadas 9 Oficinas de Busca Ativa nos seguintes estados: Paraíba, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Amazonas, Pará, Bahia, Alagoas, Paraná e Roraima, com a mobilização de mais de 550 lideranças e órgãos governamentais que trabalham com populações de baixa renda. O objetivo desta iniciativa foi mobilizar os parceiros com representação nos estados para ações articuladas e integradas de Busca Ativa de famílias de baixa renda, com prioridade para as que se encontram em extrema pobreza e que muitas das vezes pertencem a povos e comunidades tradicionais. Além disso, foi o momento para apresentar o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico) e os princípios de Busca Ativa para inclusão e atualização cadastral.

PROGRAMA: 2020 - Cidadania e Justiça

Objetivo: 0875 - Tornar o sistema de Justiça mais moderno, efetivo e democrático, com ênfase na garantia do direito ao acesso à Justiça, por meio da integração e aperfeiçoamento das instituições que compõem o sistema e da implementação de políticas públicas que enfoquem formas alternativas de prevenção e resolução de conflitos.

Órgão Responsável: Ministério da Justiça

Análise Situacional do Objetivo: Em 2012 a Secretaria de Reforma do Judiciário (SRJ) deu continuidade a novos projetos para a modernização e democratização do sistema de Justiça. Foram firmados 5 novos convênios para a implantação de núcleos de Justiça Comunitária no valor de R\$ 1.462.444,32 e 5 convênios totalizando R\$ 3.730.219,06 para ações de Democratização do Acesso à Justiça nos estados do Acre, Amapá, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

Para além das transferências a Secretaria realizou grande número de atividades de articulação e defesa de políticas públicas junto ao sistema de Justiça.

Na promoção de formas alternativas de prevenção e solução de conflitos foi criada a ENAM - Escola Nacional de Mediação e Conciliação (ENAM) com o objetivo de facilitar o acesso à Justiça e de disseminar técnicas de resolução extrajudicial de conflitos. Atuará em três eixos: capacitação de operadores de direito, membros da academia e da sociedade civil; realização de seminários e outros eventos de difusão de conhecimento e promoção de projetos e atividades de ensino e pesquisa. A meta é formar cerca de 21 mil operadores do Direito, agentes de mediação comunitária e professores de Direito até o fim de 2014.

A SRJ, em parceria com o CNJ, acompanhará a execução dos cursos e ficará responsável pela concepção de material didático, indicação de professores, definição das diretrizes, supervisão do projeto. A Universidade de Brasília criará o ambiente online para promoção dos cursos e cuidará da assessoria pedagógica, construção e hospedagem de site.

A Secretaria deu continuidade, ainda, aos seguintes estudos e pesquisas com vistas a subsidiar os esforços de aprimoramento do sistema de Justiça: “Estudo sobre os conceitos de transparência ativa e transparência passiva e o princípio do respeito à privacidade e à intimidade, incluindo levantamento sobre mecanismos de transparência e participação social no sistema de Justiça.” Parceiro: FGV/SP; “Estudo sobre utilização de meios de resolução extrajudicial de conflitos no âmbito de serviços regulados por agências governamentais”. Parceiro: FGV/RJ; “Estudo sobre a atuação da justiça nos conflitos fundiários agrários e tradicionais.” Parceiro: Terra de Direitos – Organização de Direitos Humanos; “Estudo sobre a atuação da Advocacia Popular”. Parceiro: Centro Brasileiro de Análise e Planejamento – CEBRAP; PROJETO: “Estudo sobre impacto no sistema processual dos Tratados Internacionais.” Parceiro: Associação Antonio Vieira – UNISINOS; PROJETO: “Estudo sobre atuação da justiça nos conflitos fundiários urbanos.” Parceiro: Instituto POLIS.

Na seara normativa, a Secretaria vem participando das discussões sobre as reformas dos Códigos de Processo Civil e Penal, bem como se manifestando sobre diversas inovações e modificações legais, especialmente quando tocantes aos temas de resolução alternativa de conflitos e modernização de procedimentos judiciais. Atualmente, está em discussão, no âmbito dos três Poderes, o III Pacto Republicano.

Meta: Apoiar a implementação de núcleos especializados da Defensoria Pública para atendimento da população em situação de rua

Análise Situacional da Meta: A promoção do acesso à Justiça à população de rua, por meio da criação de serviços especializados de atendimento nas Defensorias Públicas, é essencial para efetivação de sua cidadania, na medida em que permite a essas pessoas garantir o acesso e o respeito a outras garantias e direitos. Considerando a atuação da SRJ na democratização do acesso à Justiça, está em andamento um convênio com a Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro para a criação de um serviço especializado de atendimento a esta população, realização de estudos e identificação da demanda.

PROGRAMA: 2037 - Fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)

Objetivo: 0370 - Ampliar o acesso das famílias e indivíduos em situação de riscos sociais e violação de direitos aos serviços de acompanhamento e atendimento especializados; assegurar o funcionamento e expandir a rede de proteção social especial; qualificar os serviços ofertados e induzir a estruturação da rede de unidades de prestação de serviços de média e alta complexidade, de acordo com padrões estabelecidos nacionalmente.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Programa: 2037 - Fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)

Indicador

Percentual de CREAS com oferta de serviço especializado em Abordagem Social

Índice de Referência: 63%

Data de Referência: 31/12/2010

Indicador Apurado: 61,33%

Data da Apuração: 31/12/2012

Indicador

Percentual de municípios (com 100 mil habitantes ou mais) com serviços de Proteção Social Especial para pessoas em situação de rua

Índice de Referência: 35%

Data de Referência: 31/12/2010

Indicador Apurado: 42,05%

Data da Apuração: 31/12/2012

Análise Situacional do Objetivo: O objetivo corresponde às entregas da Proteção Social Especial (PSE), que se organiza em dois níveis: média e alta complexidades, conforme o agravamento das situações, natureza e especificidade do trabalho ofertado.

Na PSE de Média Complexidade, em 2012 ocorreram diversas iniciativas e ações, destacando-se:

- a) expansões dos serviços: ampliação das redes CREAS e Centro Pop, em articulação com o Plano Brasil Sem Miséria; cofinanciamento do serviço especializado em Abordagem Social, em articulação com o Programa Crack é Possível Vencer; e o cofinanciamento para implantação de Centro Dia de Referência para Pessoas com Deficiência, integrado ao Plano Nacional para Pessoas com Deficiência - Viver Sem Limite.
- b) realização de estudos, elaboração e organização de subsídios visando à publicação de Orientações Técnicas, para qualificar os serviços e unidades de referência, considerando as especificidades dos serviços e de seus usuários.
- c) intensificação dos processos de articulação e alinhamento conceitual, por meio de eventos intersetoriais, em especial com a Saúde, considerando a forte interface na atenção às pessoas e famílias em situação de uso de crack e outras drogas, em situação de violência, com deficiência ou em situação de rua.
- d) Intensificação da participação de profissionais da Assistência Social em eventos estaduais e municipais voltados à orientação, capacitação e suporte técnico às equipes locais.

Em relação à PSE de Alta Complexidade, que compreende os Serviços de Acolhimento, em 2012, os planos nacionais (Plano Brasil sem Miséria; Plano Crack, é Possível Vencer; e Plano Viver sem Limite) priorizaram ações de qualificação e expansão da rede de serviços. Dentre os avanços alcançados, destacam-se:

- a) início do processo de reordenamento dos serviços de acolhimento para população em situação de rua e pessoas com deficiência;
- b) expansão dos serviços de acolhimento para população em situação de rua, nas diversas modalidades de atendimento;
- c) implantação de Residências Inclusivas para jovens e adultos com deficiência e em situação de dependência, como uma estratégia para o reordenamento dos grandes abrigos;
- d) capacitações, por meio de oficinas de alinhamento e construção de textos conceituais, dispendo sobre a relação entre SUAS e SUS nos serviços de acolhimento.

Além disso, as unidades de acolhimento foram incluídas no Censo SUAS 2012, o que resultará em melhoria da capacidade de monitoramento e avaliação desses serviços.

Meta: Construir e difundir parâmetros e regulações nacionais para o funcionamento do CREAS e do Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua, assegurado enfoque nas questões de gênero, orientação sexual e étnico-racial

Análise Situacional da Meta: Diversas iniciativas têm sido empreendidas visando ao alcance dessa meta. As publicações e orientações técnicas de responsabilidade da SNAS têm abordado as questões de gênero, orientação sexual e étnico-racial. Merecem destaque:

- a) a publicação, em 2011, e distribuição, em 2011/2012, de aproximadamente 40 mil exemplares do Caderno Orientações Técnicas: Centro de Referência de Assistência Social – CREAS;
- b) a publicação, em 2011, e distribuição, em 2011/2012, de aproximadamente 30 mil exemplares do Caderno Orientações Técnicas: Centro de Referência para População em Situação de Rua - Centro Pop; e
- c) a realização, em 2012, de campanha junto aos trabalhadores do SUAS sobre a temática LGBT, visando a sensibilizá-los e induzir a inclusão do combate à homofobia nas ações de Assistência Social.

Meta: Criar capacidade para mapeamento, identificação, registro no CadÚnico e vinculação a serviços públicos, das pessoas em situação de rua nos municípios com mais de 100 mil habitantes

Análise Situacional da Meta: Entre os 16,2 milhões de brasileiros com renda familiar mensal per capita de até R\$ 70 (IBGE, Censo 2010), existe um segmento que não dispõe sequer de uma moradia que garanta condições mínimas para o abrigo da pessoa ou família.

A população em situação de rua se caracteriza como um grupo heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares fragilizados ou rompidos e a inexistência de moradia convencional regular. Tais pessoas e famílias utilizam logradouros públicos (praças, jardins, canteiros, marquises, viadutos) e áreas degradadas (prédios abandonados, ruínas, carcaças de veículos) como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como unidades de acolhimento para pernoite temporário ou moradia provisória.

Com base na Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua (MDS, 2009), realizada em 23 capitais e em todos os municípios com mais de 300 mil habitantes, e dados de pesquisas específicas realizadas nos municípios de São Paulo, Belo Horizonte, Recife e Porto Alegre, estima-se a existência de mais de 50.000 pessoas em situação de rua no país. Essas pesquisas revelaram a falta de acesso desse segmento aos diversos programas governamentais, incluindo os benefícios e serviços públicos. Regra geral, isso não se deve aos critérios estabelecidos pelas políticas públicas, mas à sua situação de invisibilidade social.

A estratégia de Busca Ativa do Plano Brasil sem Miséria visa a construir condições efetivas de acesso a bens e serviços públicos para os segmentos que apresentam maior vulnerabilidade social, bem como a inclusão daqueles que ainda estão em situação de invisibilidade social.

O MDS definiu um formulário específico para a inclusão das famílias e pessoas em situação de rua no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), sendo um instrumento de coleta de dados que possibilita a identificação e caracterização das famílias brasileiras de baixa renda e que tem se consolidado como relevante ferramenta de planejamento de políticas públicas, sendo utilizado para a seleção de beneficiários de programas sociais do Governo Federal.

Como forma de promover orientações específicas sobre a inclusão desse público no Cadastro, o MDS, por meio da Secretaria Nacional de Renda de Cidadania (SENARC) e da Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS), tem produzido e divulgado diversas orientações técnicas, como o Guia de Cadastramento de Pessoas em Situação de Rua (2011), a Instrução Operacional conjunta SNAS e SENARC Nº 07/2010 e a Cartilha Inclusão das Pessoas em Situação de Rua no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (2011).

Em setembro/2012, foi realizada reunião técnica envolvendo a SNAS e SENARC, representantes das áreas técnicas do Cadastro Único e da Proteção Social Especial do SUAS nos estados, DF e capitais, visando a fomentar e garantir o adequado cadastramento desse público em todo o país, disseminar orientações de cunho técnico e discutir procedimentos para a inclusão dessa população no Cadastro Único e sua vinculação a serviços socioassistenciais.

Em dezembro/2012, o CadÚnico já registrava 10.736 famílias em situação de rua cadastradas em municípios com população acima de 100 mil habitantes. A inclusão desse segmento no CadÚnico propicia a produção de informações e favorece o seu acesso ao crescente número de programas que se utilizam desse instrumento, de modo a ampliar o acesso à rede de serviços socioassistenciais e aprimorar a atenção a esse segmento nas diversas políticas públicas.

Quantidade alcançada: 10.736

Data de Referência: 31/12/2012

Meta: Elevar a cobertura dos serviços de Proteção Social Especial para população em situação de rua nos territórios cobertos pelo Plano Brasil sem Miséria

Análise Situacional da Meta: A realização desta meta está sendo implementada por meio de um conjunto de medidas relativas à Proteção Social Especial.

Na média complexidade, merecem destaque:

- a) a expansão, em maio/2012, por meio do Plano Brasil sem Miséria, do cofinanciamento federal para implantação de 64 novas unidades do Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro POP), totalizando 154 Centros Pop, o que elevará a cobertura de 81 para 118 municípios com população igual ou superior a 200 mil habitantes;
- b) a inclusão do Centro Pop no Censo SUAS, a partir de 2011, quando 90 unidades implantadas prestaram informações sobre sua estrutura e atividades.

Em relação aos serviços de acolhimento (alta complexidade), até 2014 o MDS deverá ofertar o cofinanciamento de vagas para 30 mil pessoas em situação de rua, o que corresponde a 60% do público alvo estimado. Para alcançar essa meta, constante do Plano Brasil sem Miséria e, em conformidade com as disponibilidades orçamentárias e a capacidade de gestão dos municípios, a ideia é elevar a cobertura, de 40% (2012), para 50% em 2013 e 60% em 2014.

Esses recursos deverão ser aplicados na oferta de serviços de acolhimento institucional (para adultos e famílias) ou serviços de acolhimento em repúblicas (para jovens e adultos em processo de saída das ruas), conforme estabelece a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (Resolução CNAS Nº 109/2009). Em 2012, o MDS ofertou cofinanciamento para implantação de 22 mil novas vagas em serviços de acolhimento para pessoas em situação de rua, das quais 19 mil (86%) foram aceitas por 119 gestores municipais.

Meta: Elevar o percentual de Centros de Referência Especial de Assistência Social - CREAS e de Centros de Referência Especializado para Populações em situação de rua, operando segundo padrões de funcionamento estabelecidos nacionalmente

Análise Situacional da Meta: A apuração desta meta requer a elaboração do ID-CREAS (Índice de Desenvolvimento dos CREAS), o que deverá ocorrer em parceria da SNAS com a SAGI/MDS. Este indicador se constituirá em um importante instrumento para o monitoramento do estágio de desenvolvimento das unidades CREAS. Quanto ao Centro Pop, a SNAS está avaliando a possibilidade de elaboração de um índice equivalente.

Contudo, anualmente, em função da análise dos dados das unidades CREAS e Centro Pop, prestadas por ocasião do Censo SUAS, a SNAS vem acompanhando as situações identificadas em desacordo com as normativas do SUAS e promovendo orientações para a adequação das unidades.

Meta: Induzir a oferta do Serviço Especializado em Abordagem Social nos municípios com populações em situação de rua, com foco no trabalho infantil em suas piores formas e em cidades-sede de grandes eventos e obras

Análise Situacional da Meta: Para o alcance dessa meta, estão sendo implementadas várias ações, destacando-se:

a) a expansão, em maio/2012, do cofinanciamento federal aos municípios com mais de duzentos mil habitantes, para oferta do Serviço Especializado em Abordagem Social, por meio do programa "Crack, é possível vencer";

b) a conclusão da produção de subsídios visando ao aprimoramento, revisão, atualização e organização didática de documentos para publicação, em formato e linguagem acessível, sobre o Serviço Especializado em Abordagem Social. Este documento contempla conteúdo básico sobre as especificidades do serviço de abordagem em contextos de grandes obras e eventos, inclusive em relação ao trabalho infantil.

PROGRAMA: 2049 - Moradia Digna

Objetivo: 0383 - Ampliar por meio de produção, aquisição ou melhoria o acesso à habitação, de forma subsidiada ou facilitada, priorizando o atendimento à população de baixa renda, com auxílio de mecanismos de provisão habitacional articulados entre diversos agentes e fontes de recursos, fortalecendo a implementação do Programa Minha Casa, Minha Vida.

Órgão Responsável: Ministério das Cidades

Análise Situacional do Objetivo: O Programa Minha Casa Minha Vida, em 2012, apresentou resultados positivos no provimento de moradias para famílias de baixa renda, bem como no estímulo ao crescimento econômico.

No ano de 2012, o Programa gerou impacto sobre o crescimento econômico estimado em cerca de 0,8 % do PIB; sobre a geração de emprego, garantindo aproximadamente 1,4 milhão de postos de trabalho formais; e sobre a oferta de moradias adequadas, ao consolidar a entrega de mais de 1 milhão e superar a marca de 2 milhões de unidades contratadas.

Desde o início do Programa, já foram entregues moradias a mais de 4 milhões de brasileiros, sendo 26% para famílias com renda até R\$ 1.600,00. No ano de 2012, as contratações de unidades habitacionais para famílias nesta faixa de renda corresponderam a 48% do total no ano.

No total, foram 817.573 unidades contratadas em 2012 e 486.174 unidades entregues, o que corresponde a um aumento de 78% e 71%, respectivamente, quando comparado a 2011. Em 2012, houve contratação de unidades habitacionais no programa Minha Casa Minha Vida em 4.081 municípios, sendo 388 pela primeira vez.

O bom desempenho do programa no ano de 2012 se deve, dentre outros fatores, ao volume de recursos do Orçamento Geral da União compatível aos objetivos do programa; a revisão de alguns parâmetros do programa, como o aumento do valor máximo de produção da unidade habitacional e a elevação do limite individual de valor de venda ou de avaliação do imóvel (nos casos de financiamento pelo FGTS); e a experiência adquirida após o terceiro ano de programa pelos participantes do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV).

Alguns fatores específicos nas modalidades do programa dificultaram a execução do objetivo, como a morosidade na apresentação e análise de projetos na modalidade Entidades; e a disponibilização das cotas de subvenção econômica

para municípios com população de até 50 mil habitantes apenas em junho, o que adiou a contratação das unidades para 2013.

Para o ano de 2013, a previsão é de que as contratações das unidades habitacionais apresente ritmo semelhante ao de 2012. Contudo, espera-se que o número de unidades entregues seja superior devido à elevação da contratação de 2012 em relação a 2011.

No ano de 2012, o Ministério das Cidades realizou importantes pactuações como acordos de parcerias, com aporte de recursos financeiros, com os estados de São Paulo e Paraná; conclusão de duas obras de imóveis adquiridos pelo INSS (Florianópolis-PI e Rio Grande-RS) e requalificados pelo o programa; e a assinatura de termo de cooperação com o Ministério de Desenvolvimento Social (MDS) para a construção de 40 mil cisternas na zona rural.

Meta: Instituir programa de moradia transitória com a finalidade de criar alternativas de atendimento habitacional adequado ao perfil da população vulnerável, como catadores e moradores de rua, alternativo ao albergamento e à propriedade definitiva

Análise Situacional da Meta: Um Grupo de Trabalho (GT), formado por representantes do Ministério das Cidades, do Desenvolvimento Social e Saúde e da Secretaria de Direitos Humanos; foi criado com o objetivo de formular proposta de um serviço social de moradia voltado para a população-alvo desta meta. O GT estudará a necessidade da criação de programas, procedimentos, linhas de financiamento, subsídios, medidas legais ou quaisquer outros instrumentos que venham a se mostrar imprescindíveis para viabilizar o direito à moradia a tais populações.

PROGRAMA: 2060 - Coordenação de Políticas de Prevenção, Atenção e Reinserção Social de Usuários de Crack, Álcool e outras Drogas

Objetivo: 0923 - Introduzir melhorias na gestão da política sobre drogas, tendo como subsídio a realização de levantamentos acerca dos padrões de consumo de crack e outras drogas e a produção de conhecimentos científicos afetos ao tema; aperfeiçoando os marcos institucionais e legais; fortalecendo os mecanismos de articulação intersetorial e cooperação internacional; modernizando os instrumentos de acompanhamento e monitoramento das ações e fomentando a criação de estruturas locais de gestão, com a ampliação dos mecanismos de participação social.

Órgão Responsável: Ministério da Justiça

Análise Situacional do Objetivo: No campo legislativo e no da política pública sobre drogas, a Lei nº 11.343/2006, que institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (SISNAD) e estabelece medidas para a prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas, é o marco legal de mudança de paradigma e de procedimentos, a partir da intervenção integrada de ações de promoção da saúde e de conscientização sobre os riscos do uso de crack, álcool e outras drogas e de disponibilização de serviços de atendimento. Esse paradigma foi reforçado com o lançamento do programa “Crack, é possível vencer”, que, com uma previsão de investimentos em políticas de saúde, assistência social, segurança pública, educação, direitos humanos, entre outras, reafirmou o compromisso do Governo Brasileiro de integração entre as políticas públicas, a sociedade e as diferentes instâncias federativas face aos desafios postos pelo fenômeno do consumo e tráfico de drogas.

Cabe destacar que para assegurar a articulação das ações, os municípios, estados e Distrito Federal que aderirem ao programa “Crack, é possível vencer”, devem criar comitês gestores – instâncias de governança compartilhada com composição multissetorial responsáveis pelo planejamento, acompanhamento e monitoramento das ações do programa em seus territórios. A adesão, em 2012, de 13 estados e suas respectivas capitais (MG, RJ, CE, RS, PR, PE, SC, PI, AL, MS, AC, ES, SP), além do DF, e o esforço de expansão do programa para os municípios com mais de 200 mil habitantes abrem boas perspectivas de ampliação da institucionalidade e de aprimoramento da gestão da política sobre drogas no país.

O fortalecimento do Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas também está sendo promovido pelo aprimoramento dos mecanismos de capitalização do Fundo Nacional Antidrogas (Funad). O Funad é constituído, entre outros, de recursos oriundos da alienação de bens apreendidos de pessoas condenadas por tráfico ou envolvidas em atividades ilícitas de produção ou venda de drogas que são destinados ao desenvolvimento, à implementação e à execução de ações, programas e atividades de repressão do tráfico de drogas, de prevenção, tratamento, recuperação e reinserção social de dependentes de drogas.

Em 2012, ocorreram 4 leilões com a arrecadação estimada de R\$ 7 milhões. Ademais, no âmbito do Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas (CONAD), tem-se articulado a instituição de fundos sobre drogas nas unidades da federação – atualmente existem fundos sobre drogas em Alagoas, Espírito Santo, Goiás, Pará, Paraná, Rio de Janeiro, Rondônia, Rio Grande do Sul e Tocantins.

No campo normativo, também foram registrados avanços, com a instituição da Lei nº 12.681, de 4 de julho de 2012, que criou o Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais e sobre Drogas (Sinesp) e a instituição da Lei nº 12.683, de 9 de julho de 2012, que dispõe sobre a indisponibilidade e alienação antecipada de bens apreendidos provenientes de crimes de lavagem de dinheiro, contribuindo para o enfrentamento do tráfico e o financiamento da política sobre drogas.

Por fim, no que tange à produção de conhecimento científico sobre o tema, vale citar que está em elaboração o diagnóstico nacional sobre o consumo de crack e outras drogas, realizado em parceria com a Fundação Oswaldo Cruz e a Universidade de Princeton, que estimará o quantitativo e o perfil das pessoas que usam crack no Brasil. A coleta de dados já foi finalizada e o relatório dos resultados está em fase de elaboração. Destaca-se ainda a seleção, por meio da Rede de Pesquisa sobre Drogas, de 16 projetos de pesquisa apresentados pelos Centros Regionais de Referência, a serem desenvolvidos nos serviços das redes de saúde e assistência social.

Meta: Realização, de modo sistemático e periódico, de estudos epidemiológicos relativos à população brasileira em geral e seus estratos, em especial grupos vulneráveis (estudantes, indígenas, população em situação de rua, sistema penitenciário, entre outros)

Análise Situacional da Meta: Está em elaboração o diagnóstico nacional sobre o consumo de crack e outras drogas, realizado em parceria com a Fundação Oswaldo Cruz e a Universidade de Princeton, que estimará o quantitativo e o perfil das pessoas que usam crack no Brasil. A coleta de dados já foi finalizada e o relatório dos resultados está em fase de elaboração.

PROGRAMA: 2067 - Resíduos Sólidos

Objetivo: 0319 - Ampliar o acesso aos serviços de manejo de resíduos sólidos urbanos de forma ambientalmente adequada, induzindo a gestão consorciada dos serviços e a inclusão socioeconômica de catadores de materiais recicláveis.

Órgão Responsável: Ministério do Meio Ambiente

Análise Situacional do Objetivo: Este objetivo possui três eixos principais que são a inclusão socioeconômica dos catadores, a gestão consorciada dos resíduos sólidos e o apoio para a implantação da coleta seletiva. Os três eixos têm impacto direto sobre o efetivo encerramento dos lixões até o final de 2014, de acordo com os termos da Lei 12.305/2010.

Visando ao fortalecimento da cadeia produtiva dos recicláveis, com a inclusão socioeconômica dos catadores, algumas ações realizadas em 2012 se destacaram. Foi instituído o Decreto do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) presumido, que reduz o referido imposto dos produtos que utilizem materiais recicláveis comprados das cooperativas de catadores de materiais recicláveis. Foram apoiados 323 empreendimentos relacionados a cooperativas de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis. Foram amparadas também 26 redes de comercialização de materiais recicláveis coletados pelas associações de catadores, abarcando 531 empreendimentos. No que tange à gestão da política de inclusão dos catadores, 2012 foi um ano de transição e mudanças na coordenação do Comitê Interministerial para a Inclusão Social e Econômica dos Catadores de Materiais Reutilizáveis e Recicláveis – CIISC, sendo que a coordenação, que estava com o MDS, em conjunto com o MMA, passou para a Secretaria-Geral da Presidência da República.

Com a sensibilização dos gestores públicos sobre a necessidade de serem elaborados os Planos de Resíduos Sólidos, houve um considerável avanço nas iniciativas de manejo dos resíduos sólidos, sobretudo quanto à gestão consorciada. Dados da MUNIC/IBGE (Pesquisa de Informações Básicas sobre Municípios) retrataram o avanço, nos últimos anos, do número de consórcios intermunicipais de saneamento básico: entre 2008 e 2011 dobrou o número de municípios que dispõem deste instrumento de gestão, passando de 6% para 12% dos municípios. Esse movimento tem sido favorecido pela política de apoio do governo federal, que induz pequenos municípios a se consorciarem para terem acesso a recursos para implantação dos sistemas de destinação final ambientalmente adequada de resíduos sólidos.

No âmbito da coleta seletiva, estão em fase de análise 50 propostas de municípios para celebração de contratos de repasse visando a elaboração dos Planos de Coleta Seletiva. Outra ação importante foi a capacitação de catadores para fortalecimento da coleta seletiva, feita pelos Estados com apoio da União. Foram apoiados 25 Estados, beneficiando 32.459 pessoas diretamente.

Meta: Capacitar e fortalecer a participação na coleta seletiva de 60 mil catadores

Análise Situacional da Meta: Foram apoiados 25 Estados em 2012, beneficiando 32.459 pessoas diretamente e 70.141 indiretamente.

Quantidade alcançada: 32.459

Data de Referência: 03/12/2012

Meta: Fomento e fortalecimento de 600 cooperativas/associações e redes de cooperação de catadores de materiais recicláveis para atuação na coleta seletiva e nas cadeias da reciclagem

Análise Situacional da Meta: Na área de incentivo a formação de cooperativas de catadores de materiais recicláveis, foi instituído o Decreto do IPI presumido, que reduz o IPI dos produtos que utilizem materiais recicláveis comprados das cooperativas de catadores de materiais recicláveis.

Em 2012 foram apoiados 323 empreendimentos relacionados a cooperativas de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis.

Quantidade alcançada: 323

Data de Referência: 03/12/2012

Meta: Incrementar 100 redes de comercialização de materiais recicláveis coletados pelas associações de catadores

Análise Situacional da Meta: Em 2012 foram apoiados 26 redes que abarcaram 531 empreendimentos relacionados aos catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis.

Quantidade alcançada: 26

Data de Referência: 03/12/2012

Meta: Viabilizar infraestrutura para 350 mil catadores

Análise Situacional da Meta: A meta está sendo reavaliada em virtude da mudança de estratégia nas ações de apoio aos catadores. Durante o ano de 2012, a Coordenação do Comitê Interministerial para a Inclusão Social e Econômica dos Catadores de Materiais reutilizáveis e Recicláveis – CIISC passou do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome para a Secretaria Geral da Presidência.

PROGRAMA: 2071 - Trabalho, Emprego e Renda

Objetivo: 0287 - Consolidar o Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda no território nacional, ampliando o alcance da promoção de políticas públicas que visem ao aumento da inserção do trabalhador no mundo do trabalho.

Órgão Responsável: Ministério do Trabalho e Emprego

Análise Situacional do Objetivo: O Ministério do Trabalho e Emprego, no decorrer de 2012, realizou diversas iniciativas visando o alcance deste objetivo. Em especial, as ações no âmbito da Secretaria de Políticas Públicas de Emprego – SPPE que contribuem para a consecução do que se propõe nesse objetivo. Para tanto, quanto ao executado em 2012, vale destacar a interação com diversas outras políticas públicas do governo federal, consistindo em medidas já implementadas ou em discussão, de forma a se conseguir o aumento da inserção do trabalhador no mundo do trabalho. Destaca-se assim a atuação conjunta com o PRONATEC, integrado ao Seguro-Desemprego por meio do Sistema MTE Mais Emprego, como importante instrumento para o alcance dessa consolidação. Ressalta-se ainda, a intermediação de mão de obra do público alvo de diversas políticas públicas sociais, por meio dos postos de atendimento do SINE, a exemplo do PRONATEC, do Plano Viver sem Limite, do BPC – Benefício de Prestação Continuada e do Brasil sem Miséria, ações em que o Ministério do Trabalho e Emprego, juntamente com outros Ministérios têm perseguido uma atuação conjunta para a melhoria da qualidade de vida e inserção social de públicos em situação de vulnerabilidade, em especial com o fomento à qualificação profissional e inserção no mundo do trabalho.

Ademais, vale destacar intercessões do Sine com outras políticas públicas ainda em discussão, mas com perspectivas de execução em 2013, tais como o Plano Brasil Maior, Mesa Nacional da Construção Civil e Mesa Nacional dos Assalariados Rurais. Nesse contexto, destaca-se o atendimento ao público do seguro-desemprego, cujos reincidentes estão sendo inscritos em diversos cursos no âmbito do PRONATEC. Visando à busca de melhorias da rede de atendimento, o Ministério do Trabalho e Emprego desenvolveu, em 2012, projetos relevantes, tais como a implementação do Sistema de Monitoramento e Avaliação da Rede de Atendimento do Programa do Seguro-Desemprego; a realização de estudo voltado a identificar os gastos necessários à manutenção da rede de atendimento do SINE; a realização de chamada pública, em parceria com o Banco Nacional de Desenvolvimento – BNDES, com vistas ao mapeamento da rede privada de intermediação de mão de obra e qualificação profissional; a elaboração de materiais didáticos pedagógicos unificados que abarcam os conhecimentos gerais necessários à qualificação social e profissional do trabalhador, a ser utilizado em 2013 em todos os cursos do Plano Nacional de Qualificação, no âmbito do SINE. A partir de seus resultados, objetiva-se implementar melhorias necessárias à consolidação do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda no território nacional.

Meta: Ampliar em 50% o atendimento em intermediação de mão de obra no âmbito do SINE e ampliar a oferta de cursos de qualificação social e profissional, priorizando, em particular, o seguinte público e/ou áreas de atividades: - atividades relacionadas à agricultura, pecuária, aquicultura, pesca e produção florestal; - afrodescendentes, mulheres, jovens e pessoas com deficiência física e intelectual; - trabalhadoras domésticas; - população em situação de rua; - público do Programa do Seguro-Desemprego; - públicos do Programa Bolsa Família e do Plano Brasil Sem Miséria; - trabalhadores resgatados da condição análoga à de escravo; - atividades voltadas para grandes eventos esportivos; - trabalhadores da construção civil; e - presidiários e egressos do sistema penal

Análise Situacional da Meta: Para o alcance desta meta, o Ministério do Trabalho e Emprego, por meio da Secretaria de Políticas Públicas – SPPE e o Departamento de Emprego e Salário – DES/SPPE, no ano de 2012, deu continuidade às ações de acompanhamento da rede de atendimento do SINE na utilização do Sistema MTE Mais Emprego, sistema esse, que além de unificar o banco de dados do SINE nacionalmente, contribui diretamente para a padronização no atendimento, uma vez que todas as ações do SINE são realizadas por meio deste sistema. Isso tem possibilitado, inclusive, a interação com outras políticas públicas do governo federal.

No decorrer do ano de 2012, o Ministério participou ativamente de diversos grupos intersetoriais do Governo Federal, buscando melhor interação com demais ações do governo que visem a atender os públicos específicos. Pode-se citar a atuação no grupo responsável pelo acompanhamento do Plano Viver sem Limite; no Programa BPC (em interação com o MDS); no PRONATEC, por meio do qual tem-se ampliado a recolocação imediata do trabalhador desempregado (requerente do benefício do Seguro-Desemprego), entre outros. Para expansão da rede, foi possível a abertura de aproximadamente 50 novos Postos de Atendimento. Com relação à previsão para o ano de 2013, são esperados 13.322.282 de atendimentos nos postos da Rede SINE. Quanto à oferta de cursos de qualificação no âmbito do SINE, foram qualificados 27.255 trabalhadores em atendimento aos públicos prioritários, e, em 2013 a perspectiva é de capacitar cerca de 50 mil.